Márcia Haydée Porto de Carvalho

SIGILO BANCÁRIO

À Luz da Doutrina e da Jurisprudência

Vittore Carpaccio – Histoire de la vie de sainte Ursule, les ambassadeurs de retour à la cour d'Angleterre, 1495-1500 – Tempera sur toile, 297x 527 cm
Galerie de l'Académie, Venise

JURUÁ EDITORA

Resumo de Sigilo Bancario - A Luz Da Doutrina E Da Jurisprudencia

Sigilo Bancário À Luz da Doutrina e da Jurisprudência analisa o sigilo bancário a partir do sistema constitucional brasileiro, demonstrando que esse instituto somente é tutelado constitucionalmente, devendo ser entendido como um direito fundamental, quando se relaciona com o direito à privacidade, previsto expressamente no art.

5º, inciso X, da Constituição Federal. A partir daí, considerando que, em tal hipótese, o sigilo bancário não pode ser tido como absoluto, na medida em que existem outros direitos e valores de nível constitucional com os quais entra em conflito e que justificam a sua limitação, a obra discute, inclusive a partir da Lei Complementar 105/2001 e outras normas infraconstitucionais que regulam o instituto, os limites do sigilo bancário frente ao poder público e aos particulares, as hipóteses e condições para a sua quebra, como também os órgãos ou autoridades públicas competentes para determinar essa medida.

Acesse aqui a versão completa deste livro